



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

ENGRENAGEM DO CAPITAL EM MOVIMENTO: um ensaio sobre trabalho e crise de valorização do valor

VIVIANE SOUZA PEREIRA ¹

RESUMO

Este ensaio sobre as engrenagens de funcionamento do capital se desenvolve articulando as categorias trabalho, valor e crise de valorização do valor. Parte do trabalho como conteúdo do valor e segue para uma leitura da crise do capital como estrutural e gerada em função da contradição posta pela expulsão, do circuito de valorização do valor, daquilo que lhe dá existência, o trabalho vivo. Trata-se de uma fração de pesquisa de pós doutorado e, enquanto ensaio, não se propõe a esgotar a discussão, mas a socializá-la para aprimoramento e contribuição com o debate teórico sobre a temática.

Palavras-chave: capital, trabalho, valor, crise estrutural

ABSTRACT

This essay on the workings of capital is developed by articulating the categories work, value and crisis of value appreciation. It starts with work as the content of value and proceeds to a reading of the crisis of capital as structural and generated as a function of the contradiction posed by the expulsion, from the value appreciation circuit, of what gives it existence, the living work. This is a fraction of post-doctoral research and, as an essay, it is not intended to exhaust the discussion, but to socialize it for improvement and contribution

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Juiz De Fora/faculdade De Serviço Social

to the theoretical debate on the subject.

Keywords: capital, work, value, structural crisis

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Não só aos olhos desavisados, mas também para uma parte expressiva dos estudiosos da realidade social, estamos diante de mais um momento de crise do capital, que por meio de sua capacidade incessante de recriação irá recompor seu processo de acumulação e tendencialmente superar os obstáculos momentâneos que geraram sua crise. Como um movimento que se repete "*ad infinitum*". Em definitivo, esta não é a perspectiva deste ensaio.

Partimos de uma compreensão que toma a crise atual como uma crise da própria engrenagem do modo de produção capitalista e que possui seu ponto central no limite da contradição entre a forma e o conteúdo que lhe gera valor. Para alcançarmos uma reflexão a partir desta perspectiva, precisamos deslindar categorias centrais que explicam o funcionamento sistêmico.

Assim, o texto apresenta elementos introdutórios, mas que consideramos fundamentais, sobre as categorias, trabalho, valor e crise de valorização do valor. A partir destes elementos construímos este ensaio sobre a crise estrutural que atravessamos e elencamos alguns de seus pontos centrais. As referências bibliográficas contam com autores como Marx (1983, 2011), Rubin (1987), Jappe (2006, 2021), Postone (2014), Kurz (1992, s/d), Menegat (2007, 2019) e outros ao final elencados. O estudo condensa os estudos e revisões realizados, majoritariamente, no período de setembro de 2021 à agosto de 2022, na modalidade de aprofundamento de estudos em pós doutorado. Limita-se a uma socialização para contribuição ao debate e aprimoramento da pesquisa.

2. ENGRENAGEM EM MOVIMENTO: trabalho como gerador de valor

Para compreendermos a dinâmica de crise estrutural como crise valorização do valor é necessário precisarmos categorias centrais que dão corpo a essa reflexão: valor; trabalho em sua função de gerar valor e sustentar o funcionamento sistêmico; e crise estrutural. Konicz (2020, p.34) destaca que

não compreenderemos adequadamente a crise se não entendermos o próprio capitalismo - o capital não é um estado (eterno) da natureza. Não é só a crise que devemos entender como um processo histórico impulsionado por contradições internas: o sistema capitalista também não é uma constante supra-histórica da existência humana, mas uma formação concreta e contraditória da sociedade, cuja gênese sangrenta remonta à Era Moderna - e que, após uma história de expansão de cerca de trezentos anos, agora se despedaça em contradições econômicas e ambientais.

O capital não é trans-histórico, assim como não é o valor que lhe dá existência. Valor é fenômeno de um certo tipo de sociedade. Na produção de mercadorias, é apenas o dispêndio de força de trabalho que conta, sem consideração do valor de uso em que esse dispêndio se realiza. Jappe (2006, p. 54) afirma que “O objetivo é produzir a maior quantidade possível de valor, e, portanto transformar a maior quantidade possível de trabalho vivo em trabalho morto”. A produção real não é algo mais que um anexo, um intermediário inevitável, um mal necessário para fazer dinheiro. Nesse sentido, para Jappe

O valor não é outra coisa senão uma forma social de organização. A produção de valor não enriquece a sociedade, ela é a criação de um laço social que não é criado na própria produção, mas que existe ao lado desta, numa forma exteriorizada. De cada vez que se ouve falar em superprodução é preciso se perguntar: superprodução de valor ou de riqueza? Mas periodicamente produz-se demasiada riqueza sob as respectivas formas capitalistas, contraditórias, embora se não se lhe possa chamar propriamente riqueza, porque a autovalorização do capital, a criação de mais-valia, é um conteúdo funcionalmente mesquinho e abstracto (2006, p. 54). [grifos nossos].

O valor, nesta sociedade, é uma cristalização do trabalho, na forma de trabalho abstrato, que se revela então como a substância social comum aos valores. Rubin assinala que

para passar do trabalho, considerado como conteúdo, para o valor como a forma, devemos incluir o conceito de trabalho na forma social que lhe corresponde na economia mercantil, isto é, devemos reconhecer agora o trabalho abstratamente universal como o conteúdo do valor. (1987, p. 133) [grifos nossos].

As relações entre a substância e a forma de valor significam relações entre o trabalho socialmente abstrato e sua forma reificada, isto é, o valor. Rubin prossegue afirmando que a magnitude do valor se modifica de acordo com a quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário, quantidades essas modificadas pelo desenvolvimento do processo técnico material de produção, particularmente pela produção do trabalho.

Ao considerarmos o valor em termos de conteúdo e forma, relacionamos o valor ao conceito que o precede, trabalho (e em última análise ao processo material de produção), o

conteúdo. Por outro lado, através da forma do valor já relacionamos o valor ao conceito que o segue, valor de troca. De fato, uma vez que determinamos que o valor não representa trabalho em geral, mas trabalho que tem a forma de intercambiabilidade de um produto, devemos passar então diretamente do valor para o valor de troca. Desta maneira o valor é visto, por um lado, como inseparável do conceito de trabalho e, por outro, do conceito de valor de troca. (RUBIN, 1987)

Postone (2014, p.40) destaca que " valor, na análise Marx, constitui a fundação da sociedade burguesa". E que ele expressa uma forma particular de sociedade e de riqueza. Como categoria de riqueza o valor não deve ser entendido como categoria de mercado, ou de circulação, mas da esfera da produção capitalista. O autor prossegue afirmando que

o que caracteriza o valor como forma de riqueza, de acordo com Marx, é ele ser constituído pelo dispêndio de trabalho humano imediato no processo de produção, permanecer preso a esse dispêndio como o fator determinante na produção de riqueza e possuir dimensão temporal. (POSTONE, 2014, p. 40)

Assim, identificamos que a magnitude do valor relaciona-se diretamente ao tempo de trabalho socialmente necessário. Contudo, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que a lógica do capital produz um caminhar inexorável para o desenvolvimento das forças produtivas, a fim de poupar força de trabalho, ao construir essa "poupança", constrói também sua ruína, uma vez que paulatinamente esvazia sua própria substância. "Abstrai" o fundamento de sua própria existência: o trabalho. Em Postone encontramos que "a forma de produção baseada no valor se desenvolve de uma forma que indica a possível negação histórica do valor em si" (2014, p. 42).

Postone (2014), apresenta uma perspectiva fundamental acerca do trabalho [substância do valor] na sociabilidade do capital. Apreende seu caráter específico também como a base de uma forma historicamente específica, abstrata e impessoal de dominação. Vejamos. Discutindo a dominação social no capitalismo a partir de Marx, o autor avalia que essa dominação, em seu nível mais fundamental, reside na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas constituídas pelas próprias pessoas e não na dominação de pessoas por outras pessoas. Essa dominação abstrata, para o autor, não só determina o objetivo da produção capitalista, mas é também sua forma material: "se baseia na forma de valor da riqueza em si, uma forma de riqueza social contrária ao trabalho vivo (os trabalhadores) como um poder estruturalmente hostil e dominante". (p.46). Fazendo menção à Marx em O capital e Grundrisse, Postone afirma que

o processo pelo qual o trabalho no capitalismo constitui estruturas sociais abstratas que dominam as pessoas é o que induz um rápido

desenvolvimento das forças produtivas e do conhecimento da humanidade. Ainda assim, isso é feito pela fragmentação do trabalho social - ou seja, à custa do estreitamento e esvaziamento do indivíduo particular. Marx argumenta que a produção baseada no valor cria enormes possibilidades de riqueza, mas apenas "pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, [o que resulta em] degradação do indivíduo a mero trabalhador." Sob o capitalismo aumentam enormemente o poder e conhecimento da humanidade, mas de uma forma alienada que oprime as pessoas e tende a destruir a natureza. (POSTONE, 2014, pp. 46, 47)

O trecho em destaque explicita a qualidade específica do trabalho real sob os auspícios do capitalismo. Essa perspectiva deixa evidente a centralidade do trabalho, quando tomado historicamente, na constituição não só da produção capitalista, mas também das demais relações sociais. Mas o que identificamos não é sua centralidade como base de existência de uma "humanidade humana", criativa e liberta, mas sim sua centralidade negativa. A única que cabe e é necessária à produção do capital, gerada por e a partir deste mesmo trabalho. Menegat (2019) aponta características exclusivas da sociedade burguesa correlacionando-as ao trabalho e afirma que somente nesta sociedade, "a economia de tempo da atividade produtiva se cristaliza em medida das trocas sociais" (p. 19). O autor prossegue assinalando que

É como forma de cristalização desta mediação, em que é mensurado o tempo da *atividade especial produtiva*, que o trabalho adquire sua centralidade. Não por ser a eterna necessidade natural, mas pela importância desta atividade no impulso da dinâmica de trocas e da produção de valores; ou seja, por ser o que torna possível o valor se transformar em mais valor, cuja acumulação será o fim em si mesmo desta forma pervertida de metabolismo. O trabalho é central por ser a atividade em torno da qual o processo de formalização abstrata gira - seu ponto firme. (MENEGAT, 2019, pp. 19, 20) [grifos do autor].

Em Kurz, também encontramos construções importantes a esse respeito. Para ele não existe paralelo entre o trabalho existente nas formações anteriores e o específico dessa forma social, pois

(...) ainda que o trabalho, como labor no sentido antigo, como estafa e moléstia, ocupasse completamente o horizonte da vida da maioria das pessoas, isso acontecia por causa do grau de desenvolvimento relativamente baixo das forças produtivas, no "metabolismo entre os homens e a natureza" (Marx); o trabalho era, portanto, uma necessidade imposta pela natureza, porém precisamente por isso nenhum dispêndio abstrato de força de trabalho e nenhuma atividade que traz em si sua própria finalidade. (KURZ, 1992, p. 21)

Para Postone, no capitalismo, o trabalho é uma mediação social que assume o lugar das antigas relações sociais abertas e isso faz com que essas relações em nossa sociedade não

dão ao trabalho um caráter social. Ele próprio confere a si mesmo esse caráter. "Nesse sentido, o trabalho no capitalismo se torna seu próprio terreno no social". Em outros termos, o trabalho se objetiva também nas relações sociais objetivadas. "O trabalho como tal *não* constitui uma sociedade *per se*; mas o trabalho no capitalismo constitui de fato essa sociedade. [grifos do autor] (POSTONE, 2014, p. 184).

Na mesma direção, Jappe (2021, p. 28) assinala que "Na sociedade capitalista é o trabalho que faz de cada indivíduo um membro da sociedade, que com os outros membros partilha uma essência comum graças à qual pode participar da circulação de seus produtos". E, no mesmo sentido, refere-se à autosuficiência das mercadorias, situando-as como os verdadeiros atores da vida social. "Os homens só entram em cena como servidores dos próprios produtos. Esse processo caracteriza o fetichismo da mercadoria, que não é falsa consciência ou mistificação, mas uma forma específica de existência, assim como o trabalho que lhe dá existência e valor no sustentáculo do capital. Neste sentido, estamos diante de um "sujeito não humano", o sujeito subsumido pelo valor em suas metamorfoses (mercadoria, dinheiro). "Os "sujeitos humanos" são arrastados por ele, são seus executantes e "funcionários" - "sujeitos" do sujeito automático. Valor que se autovaloriza enquanto sujeito. Gerado e existente, portanto fundamentado, com a própria existência do trabalho abstrato, do valor e do dinheiro enquanto formas de síntese social (JAPPE, 2021, pp. 31, 32, 34, 167).

Castro (2020) estudando a construção do que denomina "subjetividade sem valor" apresenta uma interessante síntese sobre as formas de "reciprocidade e distribuição nas sociedades pré capitalistas. Para tanto percorre um trajeto que explicita diferentes formas de interação homem-natureza, relações sociais e seus "produtos". Neste percurso aponta que a vinculação das atividades humanas de atendimento às suas necessidades se dava a partir de elementos divinos e que esse formato de relação se rompe com o "nascimento do *ethos capitalista*" que substitui o *ethos religioso*. A dinâmica anterior de reciprocidade baseada em obrigações mútuas é substituída pela lógica da acumulação. Segundo ele "as relações dos sujeitos com as coisas produzidas e o valor que estas adquirem deixam o domínio do mágico, do sensível e do vínculo com o divino para se consubstanciarem em valor de troca" (p. 53). Segue afirmando que "*Techné* e *labor* sofrerão uma grande metamorfose, tornando-se *trabalho abstrato*, fundamento do novo mundo que se instaura." (p. 53). [grifos do autor]. Na mesma medida em que se desvinculam da relação mística com os deuses gerais e com a solidariedade local, as sociedades pré-capitalistas mergulham cada vez mais na lógica de um novo Deus, o Deus dinheiro.

Menegat (2019) afirma que

É com o dinheiro que a "objetividade fantasmagórica" ganha sua forma mais acabada e, por isso, ofuscante. Como expressão e representação da forma geral do valor, ele é a metamorfose das formas anteriores. Esta metamorfose é tanto o movimento da mercadoria, as passagens do duplo valor, como sua configuração em outra forma. (2019, p. 21)

Segundo Rosdolsky (2001), Marx deduz a existência do dinheiro (enquanto forma de manifestação do valor) a partir da contradição fundamental que envolve a existência da mercadoria como unidade imediata de valor de uso e valor de troca. Assim, tal contradição representa a forma mais geral que condensa as contradições reais de existência e as tendências evolutivas da ordem social burguesa. Conforme Rosdolsky (*op.cit*, p. 112) essa contradição "é apenas outra expressão do fato de que, em uma sociedade de produtores privados atomizados, o trabalho do indivíduo não é (nem pode ser) diretamente social, mas deve provar-se como tal por sua própria negação, a negação de seu caráter original". Nesse sentido, no modo de produção capitalista, mesmo que a dependência recíproca (em todos os sentidos) dos produtores se converta em um fato, mesmo assim, inexistente qualquer possibilidade de equiparação ou planificação social coerente, uma vez que tudo acaba ficando submisso à ação cega das forças do mercado. "O movimento geral de sua desordem é sua ordem" (*op. cit*).

A produção deixa de terminar no valor de uso e sua finalidade passa a apresentar-se como "automovimento do dinheiro", como

transformação de certa quantidade de trabalho morto e abstrato em outra quantidade maior de trabalho morto e abstrato (mais-valia) e, com isso, como movimento de reprodução e auto-reflexão tautológica do dinheiro, que somente nessa forma se torna capital, e, portanto, um fenômeno moderno. Nessa forma de existência do dinheiro, como capital, o dispêndio de trabalho desprende-se do contexto da criação de valores de uso sensíveis e transforma-se naquela atividade abstrata que traz em si sua própria finalidade. O trabalho vivo aparece apenas como expressão do trabalho morto que se tornou independente, e o produto concreto, sensível, como expressão da abstração inerente ao dinheiro. (KURZ, 1992, p. 23).

Kurz (1992) chama atenção para o fato de que a riqueza social abstrata está representada pelo caráter social do dinheiro em sua totalidade. E que neste mesmo caráter reside, de forma oculta, sua [do dinheiro] "volubilidade" universal, em contraponto à solidez presente no mundo real dos bens materiais. E prossegue afirmando que já que não interessam mais, efetivamente, os bens produzidos, mas sim a transformação de dinheiro em mais dinheiro,

apresenta-se uma tensão e uma incongruência entre a produção da mais-valia e sua realização na esfera da circulação. Segundo ele, como a riqueza abstrata como quantia de dinheiro em sua forma "acabada" de desenvolvimento já é global, também o é a mais-valia. Contudo, em sua forma apenas transitória de produtos concretos ela é particular, ainda não social, "inacabada". "Dessa tensão entre os diferentes estados de agregação da mais-valia nasce a concorrência, como luta entre as unidades empresariais pela realização da mais-valia." (op.cit, p. 72). Segue assinalando que a mais-valia é mais que a soma dos excedentes particulares, não é fixa e permanente e sim um fator móvel que oscila. De sua forma dinheiro o grau de apropriação das unidades empresariais depende diretamente, também, da esfera da circulação. E tal está articulada de forma umbilical à produtividade. Esta condição de produção do valor e sua valorização adquire contornos próprios no tempo presente.

3. APROFUNDAMENTO DA CONTRADIÇÃO IMANENTE

A crise que vivenciamos nasce com o próprio capital, está contida em seu cerne. Apresenta-se de formas diversas ao longo do processo histórico de constituição, consolidação e expansão do modo de produção. E, encontra-se hoje em um estágio do qual, segundo as tendências identificadas, não cabem mais fugas. Vamos esmiuçá-la a fim de apresentarmos os determinantes que consideramos essenciais para sua compreensão.

Já vimos que a produção de riqueza social está condicionada à apropriação da força de trabalho, como uma mercadoria qualquer. Decorre daí que o capital cria meios de extrair o máximo de produtividade do trabalhador. Essa produtividade se expressa no volume relativo dos meios de produção que o trabalhador transforma em produto com o mesmo tempo de trabalho. A composição do valor do capital altera-se com um aumento do capital constante (expresso nos meios de produção) em razão inversa do capital variável (salários pagos ao trabalhador). A parte constante do capital aumenta à custa do capital variável. Esse momento caracteriza a concentração e centralização de capital. Aumenta a concentração nas mãos de capitalistas individuais que passam a controlar os meios de produção e a gestão do trabalho. Ao mesmo tempo a acumulação, gera também uma centralização que aumenta a competitividade entre os grandes capitalistas que passam a disputar o controle da produção e do desenvolvimento tecnológico. Nesse processo a produtividade do trabalho é fundamental, tendo em vista que com o aumento da concorrência os preços das

mercadorias tende a diminuir. Quanto maior a produção, menor os preços das mercadorias para competição no mercado. O crédito é também um elemento essencial para o processo de centralização, pois através dele amplia-se a acumulação. (MARX, 1983)

Quanto maior o investimento em meios de produção, menor o emprego da força de trabalho, ou da parte variável do capital. O aumento da produtividade significa que menos força de trabalho produz mais produtos, não riqueza material, como é possível observar a partir da compreensão do valor. Portanto, como Marx demonstra logo no primeiro volume de O Capital, mais produtividade, menos valor. O capital individual que, em primeiro lugar, aumenta isoladamente sua produtividade consegue vantagem na concorrência, realizando para si próprio uma massa maior de valor social. Contudo, se a produtividade se generalizar ele perde essa vantagem na concorrência. O que nos leva a compreender que aquilo que do ponto de vista da economia empresarial surge como lucro crescente, conduz socialmente, no entanto à diminuição do valor em detrimento de outros capitais individuais. Konicz, em concordância, assinala que

a introdução de uma nova técnica de produção poupadora de trabalho, que inicialmente gera lucros adicionais para o capitalista individual, tão logo se generaliza no conjunto da economia, faz derreter a massa total de trabalho assalariado. O sistema tende, assim, ao derretimento da massa de valor nos ramos de produção existentes e à produção de um "material humano" economicamente supérfluo. (2020, p. 35)

Isso não significa que o capitalista individual "empreendedor" que saiu à frente, voltará à estaca zero. Ao contrário, a produtividade aumentada torna-se o padrão geral. Esse novo padrão obriga a que sejam necessárias menos horas de trabalho para uma massa maior de produtos. Horas sempre iguais, já que a hora de trabalho, como unidade de básica de trabalho abstrato é sempre a mesma e não possui diferentes níveis. A crise destrói e desvaloriza capital, mas assegura a manutenção do padrão de produtividade, pois o mesmo está inscrito no conjunto do conhecimento adquirido e das novas necessidades criadas.

No passado, a redução do valor era apenas relativa. Nessa perspectiva, Kurz (s/d) chama atenção para o fato de que, inicialmente, o baixo custo de produção de algumas mercadorias ampliou o consumo das massas, alargando a produção e os mercados, pois a produção social alargada no seu conjunto mobilizava mais trabalho abstrato do que o tornado supérfluo na fabricação dos produtos individuais, constituindo a chamada mais-valia relativa por Marx. Para kurz (s/d, p. 4) "o mesmo processo, que reduz continuamente a quota-parte da força de trabalho que produz valor no conjunto do capital, fez baixar também, juntamente com o valor dos alimentos necessários à reprodução dessa força de trabalho, o

valor dela própria e, portanto, aumentou a quota parte da mais-valia na produção total de valor.” Importa destacar que isso somente se aplica à força de trabalho individual e que a relação entre o aumento da mais-valia relativa por força individual e o número da força de trabalho que pode ser socialmente utilizada considerando os novos padrões de produtividade é fundamental para apurar a quantidade de valor e de mais-valia.

Nesse sentido, com as chamadas terceira/quarta revolução industrial, o aumento de produtividade leva a uma situação que dispensa mais trabalho abstrato do que o adiciona pela expansão do mercado e da produção. E, assim, de nada adianta o aumento da mais-valia relativa por trabalhador individual, uma vez que a força de trabalho que, no conjunto, pode ser absorvida cai drasticamente.

Se assim não fosse, o capital teria mobilizado uma infinda quantidade de trabalho na base de seus próprios fundamentos produtivos, aumentando a produção de valor real que o sustenta, ao invés de subsidiá-la por meio de endividamento, bolhas financeiras e crédito público. Contudo, como afirmamos antes, é impossível retornarmos dos termos de padrões de produtividade estabelecidos.

Eis a chamada contradição imanente, que Postone, a partir de Marx, sintetiza na afirmação que segue

o valor continua a ser a forma determinante da riqueza e das relações sociais no capitalismo, independentemente da evolução da produtividade; no entanto, o valor também se torna cada vez mais anacrônico, tendo em vista o potencial de produção de riqueza material das forças produtivas a que dá origem. (POSTONE, 2014, p. 229)

Em Marx encontramos elementos que, em outras palavras, reafirmam a questão. A citação longa conjuga e explicita os pontos determinantes que sustentam essa premissa

O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição - 'questão de vida e de morte' - do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais - ambos aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social - aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder

produzir a partir do seu fundamento acanhado. 'De fato', porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares. (MARX, 2011, pp. 588, 589).

Diante de níveis cada vez mais elevados e de, conseqüentemente, menos emprego da substância do valor – trabalho - fica cada vez mais difícil assegurar o processo de valorização. O desenvolvimento das forças produtivas torna-se desenvolvimento de forças destrutivas. Ou seja, se o tempo de trabalho organiza o eixo sob o qual se move a produção capitalista, temos que o desenvolvimento, necessário e inexorável das forças produtivas, diminui de forma crescente o tempo de trabalho socialmente necessário, negando não só a possibilidade de sobrevivência de parte expressiva daqueles que dependem da venda de sua força de trabalho, mas também e ao mesmo tempo, a própria produção do valor que alimenta a sociabilidade em curso.

O capital só desenvolve as forças produtivas da sociedade na medida em que, com isso, se valorize, ou seja crie mais-valia. Mas sua valorização está confinada aos limites da relação entre o trabalho necessário e o mais trabalho. Por isso, na medida em que as forças produtivas se desenvolvam e o trabalho necessário se aproxime de seu limite “inferior” a valorização do capital torna-se cada vez mais difícil. (ROSDOLSKY, 2001, p. 197). [grifos nossos].

O limite se aproxima quando, mesmo representando a substância da riqueza social, o trabalho não pode mais ser apropriado pelo capital, posto que é crescentemente expulso do circuito de valorização pelo incessante desenvolvimento das forças produtivas. Logo, tanto o proletariado absoluto tende a diminuir, quanto a massa de trabalhadores que compõe o exército industrial de reserva tende a crescer, uma vez que cada vez mais trabalhadores são substituídos por máquinas e não absorvidos no processo de trabalho. As sucessivas transformações das forças produtivas movidas pela busca incessante do capital, longe de levarem ao “éden” prometido e esperado, expulsam cada vez mais trabalhadores do processo, os tornando inúteis, desnecessários e supérfluos, uma vez que nada mais significam ao processo de criação de riqueza social sob a égide do capital.

Tanto o processo de trabalho quanto as forças produtivas, nesse ínterim, já estão sob o comando do capital e, portanto, destituídos de qualquer dimensão que caminhe no sentido do atendimento das necessidades humanas. Estão focados de forma finalística na valorização do valor, processo que, por sua natureza expulsa cada vez mais trabalhadores, a fim de assegurar sua valorização via extração de mais-valia em sua forma relativa em determinados momentos e, também, na forma de uma combinação que extrai mais valia

absoluta e relativa simultaneamente. Por isso, não seria possível pressupor um crescimento permanente e absoluto do proletariado. Em Marx, citado por Rosdolsky, encontramos importante contribuição no sentido de elucidar essa questão: “Este excedente é puramente relativo; *não mantém nenhuma relação com os meios de subsistência, mas sim com o modo de produzi-los*” (MARX, apud ROSDOLSKY, 2001, p. 216). [grifos nossos]. E agora Rosdolsky

A lei simples da mais-valia já implica a tendência do capital não só de impulsionar até o infinito o trabalho humano, mas também de torná-lo relativamente supérfluo. Decorre daí que *a teoria da população excedente, do exército industrial de reserva, também está conceitualmente contida na teoria da mais-valia* (ROSDOLSKY, 2001, p. 216). [grifos nossos].

Se a teoria da população excedente e do exército industrial de reserva está contida na teoria da mais-valia, nossa crítica procede em função de pautar-se na incessante busca de valorização do valor que, como exposto em parágrafos anteriores impõe a expulsão constante, indistinta e crescente de trabalhadores do circuito de produção do valor, criando inclusive, paradoxalmente, uma contradição para a própria valorização do valor. Marx, citado por Rosdolsky, apresenta aspectos que consideramos fundamentais:

Agora fica claro que a força de trabalho se defronta com condições objetivas de produção que ela mesma criou e que assumem a forma de capital, de modo que *o processo de realização do trabalho se converte simultaneamente no processo de sua desrealização* (MARX, apud ROSDOLSKY, 2001, p. 217). [grifos nossos].

Colocada dentro do processo produtivo, a força de trabalho

não apenas produz as condições do trabalho necessário como condições que pertencem ao capital; também a possibilidade de criação de valor, a valorização que existe nela como possibilidade, agora existe como mais-valia, mais produto, em uma palavra, como capital. [...] O trabalhador não só produziu a riqueza alheia e a própria pobreza, mas também a relação entre essa riqueza [...] e ele mesmo como pobreza, ou seja a relação do capital. E esta relação social, relação de produção, apresenta-se *in fact* como um resultado ainda mais significativo nesse processo do que seus resultados materiais. [...] Estando historicamente desenvolvido, o capital engendra suas condições de existência não como condições de sua gênese, mas como resultados de sua existência. Já não precisa de pressupostos para se desenvolver; ele mesmo está pressuposto; partindo de si, cria os pressupostos de sua conservação e crescimento. [...] amplia-se o poder do capitalista, sua existência como capital confrontada à força

de trabalho viva; por outro lado, a força viva de trabalho se reproduz em sua indigência desprovida de substância e subjetividade, apenas como força viva de trabalho (MARX, apud ROSDOLSKY, 2001, pp. 219-220).

O capital, ao revolucionar as condições técnicas, forjou o meio de trabalho à sua imagem e semelhança. E criou e deu vida a um sistema que secundarizou o homem, implicando numa contradição imanente, qual seja o fato de que a tecnologia tem uma tendência em substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, destruindo a própria fonte de produção de valor. Jappe (2021) chama atenção para o fato que " O "sujeito automático", o valor que se autovaloriza enquanto sujeito, já se encontra fundamentado com a própria existência do trabalho abstrato, do valor e do dinheiro enquanto formas de síntese social" (p.167).

O incremento da produção impulsionado por renovações tecnológicas processadas pelo desenvolvimento da automação, da robótica e da microeletrônica provocam uma intensa e cada vez maior substituição do trabalho vivo (força humana de trabalho) pelo trabalho morto (massa dos meios de produção, capital acumulado). Menegat (2007) assinala que tal processo, decorrente da elevação da composição orgânica do capital, com o aumento significativo do capital constante e, em decorrência, uma redução expressiva do capital variável, fez com que se alterassem as antigas bases materiais da acumulação, criando uma imensa crise social refletida no aumento significativo na taxa de desemprego estrutural.

Konicz destaca que

A crise avançou durante décadas, da periferia para os principais centros do sistema mundial - os colapsos econômicos provocados com as crises de dívida no terceiro mundo nos anos 1980 e 1990 foram de certa maneira os precursores da recente devastação do sul da Europa. A reação do sistema foi uma nova fuga para a frente, na qual se formou o núcleo econômico do neoliberalismo: privação de direitos dos assalariados, desregulamentação dos mercados financeiros, globalização da montanha de dívidas por meio de circuitos deficitários. (2020, p. 36)

Esse “novo” arranjo sistêmico submete, cada vez mais, a sociedade como um todo e o Estado, de forma específica, aos interesses econômicos do processo de valorização. E, por um movimento de consequência, temos um Estado cada vez menos comprometido com garantias sociais. Ocorreu um verdadeiro desmonte dos poucos direitos sociais e a desregulamentação das relações de trabalho que levou à um aprofundamento da exclusão social. Vivenciamos um cenário dramático expresso por um quadro de permanentes crises, miséria, violência e grandes catástrofes que colocam em evidência o esgotamento da capacidade civilizatória do capitalismo e conformam o que tem sido considerado por muitos

autores como o retorno à barbárie.

4. EM SÍNTESE CONCLUSIVA

O processo de crise estrutural em curso origina-se na própria sistemática de produção organização do capitalismo. Assim, como já mencionado, por meio da expulsão dos circuitos do valor, daquilo que lhe dá existência e substância, que é o trabalho humano vivo, temos uma aprofundamento da miséria em todos os seus âmbitos.

Este processo afeta toda humanidade e suas formas de reprodução e organização. Tratamos com uma compreensão histórica de trabalho e com suas expressões nesta sociabilidade, recusando, portanto, uma leitura trans-histórica do mesmo que, em nossa avaliação o situa de forma genérica através do tempo e, assim, exclui a possibilidade de identificação da chamada aqui por nós, com base nos autores citados, de contradição imanente do capital.

A base de sustentação apresentada neste texto nos permite inferir, entre outros elementos, que estamos diante de uma crise onde a própria estrutura do sistema está carcomida e o neoliberalismo, assim como a financeirização da vida que impera nos dias atuais, são consequências e não causas do aprofundamento da crise em questão. Essa compreensão nos coloca diante da necessidade de reflexões sobre o aprofundamento das expressões da questão social, marcadas, em nosso tempo, por uma aceleração e densidade da situação de miserabilidade de grande parte da população. Assim como impõe melhor compreensão das características, possibilidades e limites de atuação estatal no processo de enfrentamento da crise. Tais questões compõem a pesquisa de pós doutoramento em fase de finalização e, por sua complexidade, carecem de maior espaço para reflexão e não puderam ser desenvolvidas no escopo deste texto. Entretanto, por sua relevância, julgamos apropriado sinalizá-las como importantes de serem adensadas e apresentadas em estudos futuros.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, F. G. *A subjetividade sem valor: trabalho e formas subjetivas no tempo histórico capitalista*. Curitiba: Appris, 2020.

JAPPE, A. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.

JAPPE, A. *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. São Paulo: Elefante, 2021.

KONICZ, T. As origens da crise econômica atual: visão geral das causas sistêmicas e do curso histórico da crise do sistema mundial do capitalismo tardio. *Margem Esquerda*. N. 35. São Paulo: Boitempo, 2020.

KURZ, R. *O colapso da modernização - da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KURZ, R. *A teoria de Marx, a crise e a abolição do capitalismo*. s/d. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz363.htm>. Acessado em: JUL/2022.

MARX, K. *O Capital – crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital (tomo I)* São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MARX, K. *Marx, Karl. Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENEGAT, M. A face e a máscara: *a barbárie da civilização burguesa*. In: *Revista Pegada, Presidente Prudente*, v. 8, n. 2, dezembro. 2007.

MENEGAT, M. *A Crítica do Capitalismo em Tempos de Catástrofe: o giro dos ponteiros no pulso de um morto*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUBIN, I.I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.